



COM CRÍTICAS À MISSÃO DA ONU

DELEGAÇÃO QUE ESTEVE EM TIMOR REGRESSA COM MUITAS PREOCUPAÇÕES

GARANTE MÁRIO DE ALMEIDA
MUNICÍPIOS VÃO COOPERAR EFECTIVAMENTE
NA AINDA ADIADA RECONSTRUÇÃO DE TIMOR

REUNIÕES COM ONU, CNRT E IGREJA
TIMORENSES RECEBERAM EM FESTA
EMBAIXADA AUTÁRQUICA PORTUGUESA

ANUÁRIO DE 1999
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS
DOMINARAM PREOCUPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS
PORTUGUESES



A Delegação da Associação Nacional de Municípios Portugueses que se deslocou a Timor-Leste regressou daquele Território com muitas preocupações pela situação que ali se vivia e perante o desagrado da população, evidente no terreno, pela acção desenvolvida pela UNTAET.

Este quadro, denunciado por Mário de Almeida logo no final da visita, ainda em terras do sol nascente, mas reiterado e evidenciado no momento imediato à sua chegada, acabaria por se transformar na primeira denúncia pública da insuficiência e dos erros por que estava a passar o processo de reconstrução de Timor, dificuldades que, na opinião do Presidente da ANMP, são exclusivamente imputáveis à Missão da ONU.

Não poupando críticas à actuação das Nações Unidas, Mário de Almeida enfatizou, como gritantes erros de estratégia política, a ocupação da propriedade privada, as excessivas dificuldades para a população local investir, as baixas remunerações atribuídas aos timorenses, e a não colocação de portugueses ou timorenses na administração dos 13 distritos (correspondentes aos nossos concelhos) que existem no território.

O Presidente da ANMP tornou público que não há ainda reconstrução em Timor e, enquanto manifestava à ONU a disponibilidade para acordos bilaterais, anunciaria que a ANMP vai privilegiar as relações com o Conselho Nacional de Resistência Timorense, genuíno representante das populações.

Em jeito de síntese, Mário de Almeida sublinharia que Portugal tem de ter uma maior presença, tem de ser mais interventor, para garantir que, na sua reconhecida dinâmica, os Municípios vão fazê-lo.

GARANTE MÁRIO DE ALMEIDA MUNICÍPIOS VÃO COOPERAR EFECTIVAMENTE NA AINDA ADIADA RECONSTRUÇÃO DE TIMOR

Da sua deslocação a Timor, a Delegação da ANMP constatou ser aquele um país barbaramente destruído a todos os níveis, com uma população generalizadamente desempregada, mas com capacidade de sofrimento e ávida por trabalhar na reconstrução do território.

Afável e com cativante carinho e admiração pelos portugueses, os cidadãos debatem-se com e inexistência de uma verdadeira linha de acção social e, aparentemente, de uma correcta estratégia para o desenvolvimento do país.

Dos contactos directos estabelecidos resulta uma total incompreensão por determinadas decisões da UNTAET, restritivas dos interesses dos timorenses, designadamente ao nível do desrespeito pela propriedade privada, a fixação de baixos salários por via de eventual imposição do FMI e do Banco Mundial, e o emprego permitido a indonésios em desfavor da população local.

De entre as principais preocupações elencadas, a total paralisação de sectores fundamentais para a economia de Timor, como a agricultura, a pesca a indústria, o comércio e, mesmo, os serviços, ganha particular acuidade.

Mas o desemprego e suas consequências, potenciadoras de nova vaga de violência; a difícil situação em que vivem muitos jovens, sós e desamparados, por seus familiares estarem ainda refugiados; a imprevisível reacção ao regresso de indivíduos que integraram as milícias e destruíram o país, o que poderá traduzir-se em sangrentos ajustes de contas ; e o facto de ainda existirem cerca de 100 mil refugiados em Timor Ocidental sob domínio indonésio, são outras inquietações referenciadas.

Perante tal quadro, a posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses continuará a ser de total solidariedade com os timorenses; será fomentada uma cooperação permanente e bilateral com o CNRT, por forma a ser superada a burocracia instalada pela UNTAET; e continuarão a ser garantidos os apoios dados, alargando-os a Baucau, Liquiçá, Aileu e outros distritos, como já aconteceu em Manatuto.

Em paralelo, serão estimuladas as geminações entre o poder descentralizado dos dois países, conseguindo-se uma coordenação nas acções por forma a torná-las mais eficazes; iniciar-se-á, de imediato, uma colaboração na formação de quadros para as autarquias timorenses através de iniciativas diversas, e afirma-se a garantia de contactos constantes entre os responsáveis do Conselho Nacional de Resistência Timorense nos diversos distritos e o representante da ANMP em Díli, mantendo aberta a nossa Delegação no espaço gentilmente cedido pela Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Timor.

Por outro lado, manifestava-se apreço pela dedicada acção humanitária e formativa que se sente estar a ser exercida pela Missão Portuguesa cujas condições de alojamento é imperioso sejam melhoradas --, e enaltecia-se o papel relevante desenvolvido por bombeiros, médicos, enfermeiros e outros voluntários portugueses.



REUNIÕES COM ONU, CNRT E IGREJA TIMORENSES RECEBERAM EM FESTA EMBAIXADA AUTÁRQUICA PORTUGUESA

Uma Delegação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, na sequência de uma deliberação nesse sentido assumida pelo Conselho Directivo, deslocou-se de 7 a 10 a Timor-Leste onde, no terreno, se inteirou da situação ali efectivamente vivida, tendo em vista a abertura de canais de cooperação descentralizada e o estabelecimento dos adequados e necessários contactos político institucionais possibilitadores, no imediato, da concretização de diversos apoios à reconstrução daquele território autónomo sob administração da Organização das Nações Unidas.

Liderada pelo Presidente do Conselho Directivo, Mário de Almeida, a comitiva integrava os Vice-Presidentes Isaltino de Moraes, António José Ganhão e Rui Marques, e o Secretário-Geral, Artur Trindade, que, designadamente, procederam à instalação, em Díli, no edifício da Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Timor-Leste, da Delegação da ANMP, que ali passa a estar representada por Hélder Encarnação, a quem comete a responsabilidade de coordenar localmente o apoio municipal à recuperação do país, e a tarefa, relevante, de assegurar uma efectiva ligação no sentido de, a cada momento do processo, e na procura das mais correctas soluções, a estrutura representativa do Poder Local português estar dotada, sempre, da melhor informação.

Enquanto analisava, no terreno, as verdadeiras carências das populações, aquela embaixada era portadora, em resposta a solicitações formuladas, de um vasto conjunto de equipamentos informáticos e de transmissões, material de escritório, aparelhos de ar condicionado e frigoríficos, material didáctico e uma contribuição financeira.

No primeiro dia da sua estadia, a Delegação municipal portuguesa encontrou-se com Sérgio Vieira de Mello, Administrador da UNTAET - Nações Unidas Transitórias na Administração de Timor-Leste, que reconheceria a importância dos Municípios na processo de desenvolvimento em curso no território e apontava a instalação das Administrações Locais como uma das principais prioridades.

De seguida, os autarcas mantiveram uma reunião com o Bispo de Díli, tendo D. Ximenes Belo considerado, na oportunidade, que só por intermédio de um embrião de Câmaras Municipais se garantirá uma melhoria de vida das populações de Timor, pelo que a sua instalação é, nas palavras daquele prelado, uma prioridade absoluta.

Durante os trabalhos com dirigentes do Conselho Nacional da Resistência Timorense, designadamente com Ramos Horta e João Carrascalão, este afirmou que as dificuldades com que Timor se debate se prendem com o facto da ONU não estar a nomear portugueses para exercício de funções, uma situação inadmissível para aquele dirigente.

Em posição corroborada pelo Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, João Carrascalão referiu como absurdas as nomeações de um coreano, um irlandês e um francês para administradores de distrito.

Nas reuniões com o CNRT, Mário de Almeida reiterou a disponibilidade dos Municípios portugueses para a formação de pessoal, sendo que um dos aspectos em estudo pela ANMP se centra na formação de quadros timorenses, quer através da Sede da Associação em Coimbra, quer das Autarquias portuguesas, para programas de preparação de técnicos timorenses.

A comitiva nacional viajou também pelo território, tendo estado, designadamente, em Aileu, Liquiçá, Baucau e Manatuto, localidade esta onde, desde logo, a ANMP se comprometeu a financiar o sistema de irrigação de arroz -- para o que, no dia imediato, disponibilizou uma primeira verba, em demonstração inequívoca da capacidade de imediatismo nas respostas do Poder Local -- sistema esse de que dependia a alimentação de cinco mil famílias, e onde qualquer atraso na sua recuperação poderia traduzir-se na inviabilização das sementeiras.

Paralelamente, a representação autárquica portuguesa estudou ali a criação de uma bolsa de geminações para apoiar o desenvolvimento de Timor-Leste -- através da qual os Municípios lusos poderão unir esforços para programas de parceria com os seus daquele território --, um projecto que, para além de experiências que entretanto podem ter já o seu início, será aprofundado durante o próximo Congresso da ANMP, em Vilamoura



ANUÁRIO DE 1999

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DOMINARAM PREOCUPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

JANEIRO

O Conselho Directivo da ANMP, no sentido de se combater uma tendência cada vez mais acentuada, reitera que o Poder Local não deve compartilhar investimentos da Administração Central, enquanto afirmava que, face à recente dos diplomas que procedem à reestruturação de carreiras de pessoal da função pública, importa que o Orçamento de Estado suporte os retroactivos devidos.

Na sequência de um conjunto de reuniões que desconcentradamente se realizaram um pouco por todo o País, os Municípios concluem que a transferência de novas competências implica meios legais e financeiros; a ANMP, na sua qualidade de Secção portuguesa da OICI, apela à solidariedade municipal para apoiar os seus congéneres da República dominicana, assolada pelo furacão George; e, recusa a secundarização a que ali estão votados os Municípios, é dado parecer negativo à transposição da Directiva Habitat.

FEVEREIRO

Anuncia-se para 10 de Abril a realização, em Lisboa, do III Encontro Nacional de Autarquias, que guisa expressar a determinação colectiva de defesa intransigente da autonomia local e do interesse e aspirações das populações; o Conselho Directivo delibera solicitar reuniões aos Grupos Parlamentares para manifestar as suas preocupações em questões como o Código de Expropriações, criação da Polícia Municipal, revisão dos critérios da Lei de Finanças Locais e Lei de Atribuições de Competências; durante uma reunião de trabalho na Madeira releva-se a importância de melhorar o funcionamento e dar maior visibilidade política ao Comité das Regiões (cujas coordenação de actividade interna passa a ser desenvolvida pela ANMP); perante a retractação da IULA em relação à sua postura quanto a Timor, a ANMP restabelece laços com aquela União; e é anunciado o apoio à criação em Moçambique de uma Associação Nacional de Municípios.

MARÇO

O Conselho Geral aprova instrumentos para uma maior afirmação do Poder Local; a proposta de Orçamento para o ano de 99 merece parecer favorável do Conselho Fiscal; uma Delegação da ANMP vai deslocar-se a São Tomé e Príncipe para aprofundar laços de cooperação descentralizada o Plano de Actividades releva como fundamentais as questões que se prendem com a Lei Quadro de Responsabilidades e a nova Lei de Finanças Locais; e a ANMP continua a estudar, em périplo nacional do CD, eventuais transferências de competências.

ABRIL

O III Encontro Nacional de Autarquias, que decorre em Lisboa, no Pavilhão Carlos Lopes, constitui-se em mais um enorme êxito na afirmação de um Poder Local democrático digno e autónomo. Congregando a impressionante participação de mais de cinco mil eleitos locais de todo o País, a iniciativa, a maior alguma vez realizada pela ANMP, obriga, pela sua dimensão, e ultrapassadas as mais optimistas expectativas, à transferência do local da realização do Parque das Nações para o vasto Pavilhão de Desportos da capital.

Entretanto, a conjugação de esforços no sentido de se alcançar uma maior qualidade é o grande propósito de um protocolo de cooperação rubricado entre a ANMP, a Ordem dos Engenheiros e a Associação Portuguesa dos Engenheiros Técnicos.

MAIO

A ANMP celebra, em 20 de Maio, o Dia da Autonomia do Poder Local; Mário de Almeida participa na Festa da Língua Portuguesa, jornada que, privilegiando a lusofonia, decorre em Sintra; uma Delegação da ANMP, que em Moçambique mostra apoio à criação de uma sua congénere naquele país do Índico, defende, durante um seminário, que a cooperação descentralizada e objectiva o desenvolvimento humanista de Moçambique; e os Municípios, através de parecer negativo, rejeitam o projecto lei de promoção dos direitos das crianças e jovens em perigo.

JUNHO

A Assembleia da República, depois de uma ampla participação da ANMP em Grupos de Trabalho, aprova um conjunto de diplomas da maior relevância para o Poder Local, designadamente a nova Lei Quadro de Transferência de Competências, novo Código de Expropriações, Quadro de Competências e Regime de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e Freguesias, e lei de criação das Polícias Municipais.

Uma maior intervenção e capacidade do Poder Local no III Quadro Comunitário de Apoio é uma exigência municipal; a ANMP promove em Velas, nos Açores, um Encontro Internacional sobre "As Geminações e a Cooperação Descentralizada nas Regiões Ultraperiféricas"; e é deliberado um apoio à Missão Timor Livre, que envolve o envio, para aquele território, de arroz e livros.

JULHO

Refutando leituras alarmistas, a ANMP, enquanto se congratulava com as melhorias alcançadas no sector, afirma que a água para consumo humano tem generalizada qualidade; à semelhança do que sempre defenderam, os Municípios saúdam o projecto da Ordem dos Farmacêuticos que aponta para um aumento do número de farmácias; confrontada com o projecto de diploma relativo ao novo Regime de Avaliação de Impacte Ambiental, a Associação sublinha que o diploma, tendo em vista uma compatibilização entre o homem e a natureza, deverá ser integralmente revisto; e é aprovada uma proposta de programa que visa a recuperação e revitalização dos centros históricos.

AGOSTO

A ANMP afirma que o ruído não é matéria de responsabilidade municipal; reitera que a liberalização da abertura de farmácias é fundamental para o interesse público; e enfatiza que os Municípios devem participar na gestão da qualidade do ar. Enquanto isso, releva a criação das Polícias Municipais que, para além de funções administrativas, vigiarão espaços públicos e regularão o trânsito, para além de cooperarem com as forças de segurança na manutenção da tranquilidade pública e na protecção das comunidades locais.

SETEMBRO

Os Municípios portugueses, face aos desenvolvimentos da situação em Timor-Leste, e no quadro da solidária ajuda humanitária, propõem-se angariar um montante de 200 mil contos e de dinamizar uma acção que mobilize, ao longo de quatro anos, uma colaboração efectiva na reconstrução política e das infraestruturas fundamentais destruídas pelo ocupante. Ainda no que se refere a Timor, a ANMP -- cujo Conselho Directivo vai visitar aquele território -- sensibiliza associações

congêneres e instancias internacionais para o drama do seu povo.

OUTUBRO

Eleito para o Comité Executivo Mundial da IULA -- União Internacional de Autoridades Locais, Mário de Almeida agradece o apoio mundial daquela entidade à causa de Timor; por indicação das entidades ali estabelecidas, e em colaboração com o Comissário para Timor-Leste, a ANMP faz seguir para aquele país dez toneladas de chapas para cobertura de habitações; os Municípios congratulam-se com a atribuição a Portugal do Euro 2004; consagrando soluções pelas quais a Associação insistentemente se bateu, é aprovada a lei nº 169/99, diploma estruturante que passa a estabelecer o quadro de competências, bem como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos autárquicos; e é aprovado, com substantiva origem numa proposta da ANMP, um novo Código de Expropriações.

NOVEMBRO

Mário de Almeida participa na Conferência Europeia dos Parceiros Locais de Emprego; a proposta de Plano de Actividades para 2000 privilegia, como marcos principais, a realização do XII Congresso Nacional e o início do processo de regulamentação da lei 159/99, que estabelece o Quadro de Transferências de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais; e é enunciada a realização, em Março próximo, na Covilhã, da I Feira de Municípios de Montanha, iniciativa que visa dar a conhecer a realidade de tais espaços físicos e evidencia o papel das diferentes actividades no desenvolvimento desses territórios.

DEZEMBRO

De acordo com uma proposta do Conselho Directivo, o XII Congresso Nacional da ANMP deverá decorrer em 5 e 6 de Maio em Vilamoura, Loulé -- Algarve; por inoportuna e inadequada, são reiteradas severas críticas à Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, cujo não acatamento é recomendada aos Municípios; uma reunião de trabalho em Peniche procura identificar e solucionar as questões da transferência de competências na área da educação; e um brutal acidente de viação vitima o Presidente da Câmara Municipal de Portimão, Nuno Mergulhão, que, com o seu motorista, dá assim a vida pela causa do municipalismo.

[[anterior](#) | [página inicial](#)]

Comentários e sugestões anmp@anmp.pt
(c) A.N.M.P.- Associação Nacional de Municípios Portugueses